



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação será realizado através de licitação por **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o menor preço.

2. JUSTIFICATIVA:

A respectiva contratação se faz necessária, uma vez que fora firmada obrigação junto ao MPF e ao IPHAN, para análise técnica e confecção de relatórios sobre os Sambaquis de Capão Alto, sendo assim, desenvolvido projeto de diagnóstico do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, em área de prolongamento da Rua Rio dos Índios, através do arqueólogo que vier a ser contratado, através de processo licitatório oriundo do presente termo. Cabe ainda ressaltar, que há atuação ativa e constante do Ministério Público Federal no sentido de dirimir o caso junto ao Município, propondo soluções emergenciais, bem como, verifica-se que o tema já tramita há anos, razão pela qual esta secretaria visa contratar um profissional da área de arqueologia, para assessoramento no sentido de auxiliar o Município na execução das obras de regularização solicitadas pelo parquet, entre outros procedimentos.

3. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO RS-LN-19 Capão Alto, no âmbito do prolongamento da rua Rio dos Índios, plano este que deverá ser apresentado ao IPHAN e aprovado. O plano DEVERÁ ESTAR EM ACORDO COM A NOTA TÉCNICA N.12/2022/COTEC IPHAN-RS, a qual faz parte do presente termo, como anexo.

4. FORMA DE EXECUÇÃO:

A forma de execução deverá ser de acordo com o anexo deste termo (Nota Técnica).

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.1. Atestado(s) de capacidade técnica de execução de serviço com características similares e prazos compatíveis ao objeto deste procedimento de contratação, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do participante.

5.2. Demais documentações, conforme exigência da Nota Técnica (em anexo).

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1. Elaborar Plano de Gestão do Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto;
 - a) Projeto de Monitoramento Arqueológico (Conf. Nota Técnica);
 - b) Projeto de Educação Patrimonial (Conf. Nota Técnica);
 - c) Medidas mitigadoras de impacto ao Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto (Conf. Nota Técnica);
 - d) Previsão de Medidas Protetivas para preservação do Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto (Conf. Nota Técnica);
 - e) Relatório (Conf. Nota Técnica);
2. Realizar a entrega do serviço objeto da presente licitação, nos prazos previstos e de acordo com as especificações técnicas constantes na Nota Técnica do IPHAN;
3. Pagar todos os tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos;
4. Substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para os produtos rejeitados e recusados pela fiscalização do contrato;
5. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;
6. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá**

7. Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes e demais custos que se fizerem necessários para a entrega dos materiais;
8. Cumprir os prazos estipulados para entrega do serviço, substituindo-os, às suas expensas no prazo fixado em edital, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;
9. Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive, considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (MUNICÍPIO):

1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
2. Efetuar os pagamentos à Contratada.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Para satisfação desta despesa serão usados recursos oriundos da seguinte dotação orçamentária:

12- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E HABITAÇÃO

3.3.90.39.05 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

04.122.0001.2143.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E HABITAÇÃO

9. FISCAL DE CONTRATO:

A fiscalização ficará a cargo do servidor Renan Estevan de Borba

10. PRAZO:

O período de vigência será de 12 meses.

11. DO PAGAMENTO:

- 11.1. O pagamento será efetuado em até trinta dias a partir da prestação do serviço, mediante apresentação de nota fiscal de prestação de serviços e autorização da respectiva Secretaria.
- 11.2. O erário reserva-se no direito de efetuar todos os descontos previstos em lei.
- 11.3. O pagamento somente será efetuado mediante emissão das certidões habilitatórias atualizadas e negativas.

Xangri-Lá, 04 de janeiro de 2023

Marcos Aurélio Bassani Ferreira



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul
Coordenação Técnica do IPHAN-RS

NOTA TÉCNICA nº 12/2022/COTEC IPHAN-RS/IPHAN-RS

ASSUNTO: Termo de Referência para o Plano de Gestão do Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto no âmbito obra de regularização do prolongamento da Avenida Rio dos Índios

REFERÊNCIA: Processo 01450.003943/2021-91

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022.

A presente Nota Técnica objetiva apresentar o Termo de Referência para o Plano de Gestão do Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto no âmbito da obra de regularização do prolongamento da Avenida Rio dos Índios.

TERMO DE REFERÊNCIA
PARA
PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO RS-LN-19 CAPÃO ALTO
NO ÂMBITO DO
PROLONGAMENTO DA AVENIDA RIO DOS ÍNDIOS

Para a regularização junto a este IPHAN da implantação do prolongamento da Avenida Rio dos Índios, deve-se apresentar documento designado como Plano de Gestão atendendo todos os itens abaixo definidos para aprovação e posterior execução.

O Plano de Gestão do sítio arqueológico deverá conter:

1 - Projeto de Monitoramento Arqueológico:

Deve-se apresentar projeto de pesquisa conforme a Portaria SPHAN 07/1988 contemplando as orientações e a documentação abaixo elencada:

- 1.1 - Currículo do arqueólogo coordenador, dos arqueólogos coordenadores de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada - comprovando a idoneidade técnico-científica do arqueólogo responsável e da equipe técnica.
- 1.2 - Declaração de participação de todos os membros da equipe de pesquisa.
- 1.3 - Mapa imagem em escala compatível do sítio arqueológico e da área do empreendimento em formato impresso e em shapefile - delimitando a área abrangida pelo projeto.
- 1.4 - Indicação de Instituição de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico coletado, com a respectiva declaração de endosso institucional.
- 1.5 - Prova de idoneidade financeira do projeto.
- 1.6 - Plano de trabalho científico que contenha:
 - 1.6.1 - Definição de objetivos.
 - 1.6.2 - Conceituação e Metodologia.

A metodologia de pesquisa deve ser compatível com às características do sítio arqueológico e da obra de engenharia. Deve-se atentar que o sítio arqueológico se estende para área externa ao cercamento junto ao logradouro em questão, portanto o monitoramento arqueológico deve contemplar todas as atividades nesta área com muita atenção. Por sua vez, além das atividades relacionadas a obra propriamente - desde seu início até sua conclusão, deve prever monitorar e orientar as demais atividades junto ao sítio arqueológico (conforme os demais itens deste Plano). Deve-se prever: estudo da documentação relacionada as pesquisas anteriores no sítio; metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos; metodologia para detalhamento de possíveis estruturas, através de desenhos técnicos, fotografias, croquis e demais elementos técnicos que auxiliem na análise, interpretação e preservação do bem.

1.6.3 - Sequência das operações a serem realizadas no sítio arqueológico.

1.6.4 - Cronograma da execução do projeto de pesquisa

1.6.5 - Orientações conforme o disposto na Portaria IPHAN 196/2016 que Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.

2 - Projeto de Educação Patrimonial:

Deve-se prever no projeto:

- 2.1 - Definição do público alvo (comunidades impactadas pelo empreendimento, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento);
- 2.2 - Objetivos;
- 2.3 - Justificativa;
- 2.4 - Metodologia;
- 2.5 - Descrição da equipe multidisciplinar responsável (A equipe multidisciplinar responsável pela execução do Projeto deverá, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação);
- 2.6 - Cronograma de execução, e
- 2.7 - Mecanismos de avaliação.

O Projeto de Educação Patrimonial deve contemplar o disposto na Portaria IPHAN 137/2016 que Estabelece Diretrizes de Educação Patrimonial.

Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projeto de Educação Patrimonial.

Ressalta-se que devem ser previstas no projeto, além das propostas usuais e presenciais, ações alternativas, que possam ser compatíveis com o distanciamento social em decorrência da situação de emergência de saúde pública do coronavírus (covid-19). Como sugestão indica-se realizar ao longo da execução do projeto, produção de vídeos (10 a 20 min.) sobre o sítio arqueológico, suas características e sua importância. Tais vídeos poderão ser utilizados como material didático para os alunos da rede de ensino, como informativo à ser divulgado para a comunidade em geral e em outras atividades de educação e divulgação.

3 - Medidas mitigadoras de impacto ao Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto

Segue abaixo medidas a serem implantadas conforme o PARECER nº 596/2015-IPHAN-RS (SEI 0179803- fl.1154):

3.1 - Instalação de Redutores de velocidade

Deve-se instalar redutores de velocidade no prolongamento da Avenida Rio dos Índios junto ao Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto.

Recomenda-se igualmente que sejam instalados redutores de velocidade na Rua Apucaé junto ao Sítio Arqueológico.

Os redutores de velocidade devem ser instalados o mais distante do sítio de forma que resulte na diminuição de velocidade mas não gere efeitos no sítio pela trepidação relacionada a redução abrupta de velocidade.

3.2 - Restrição de circulação de veículos pesados

Deve-se instalar sinalização para proibir a circulação de veículos pesados no prolongamento da Avenida Rio dos Índios junto ao Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto.

Recomenda-se igualmente que seja instalada sinalização para proibir a circulação de veículos pesados na Rua Apucaé junto ao Sítio Arqueológico.

3.3 - Implantação de calçada

Deve-se implantar calçada em toda a lateral da rua junto ao sítio arqueológico, de forma a proteger a parte do sítio que se estende para fora da área cercada.

Toda a implantação da calçada deve contar com monitoramento arqueológico.

A calçada deve apresentar largura mínima de 120cm, protegendo assim toda a porção do sítio arqueológico que encontra-se para fora da área cercada.

A área da calçada onde se encontra parte do sítio arqueológico deve apresentar material ou textura diferenciada - marcando o local.

Na calçada deve estar sinalizado "não escavar".

Deve-se apresentar as especificações técnicas para a implantação da calçada, para aprovação deste IPHAN.

4 - Medidas Protetivas para Preservação do Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto

Associado a obra de implantação do prolongamento da Avenida Rio dos Índios devem ser implementadas medidas para proteção do sítio arqueológico RS-LN-19 Capão Alto:

4.1 - Manutenção do Cercamento do Sítio Arqueológico

Deve ser avaliada a situação atual do cercamento e realizada manutenção da cerca e dos moirões.

4.2 - Manejo da vegetação dentro da área do Sítio Arqueológico

Deve-se elaborar um Plano de Manejo da Vegetação junto ao sítio arqueológico, a fim de manter a visibilidade do sítio para sua extroversão e sua salvaguarda. Esse Plano de Manejo da Vegetação deve contar com a orientação de profissional da área de meio ambiente e deve apontar a periodicidade das ações de corte e poda. Dentro da área cercada do sítio arqueológico deve-se prever a remoção da vegetação de pequeno e médio porte. Estes devem ser cortados rente ao solo, não arrancados, a fim de não danificar o sítio arqueológico.

4.3 - Instalação de Iluminação

Com o objetivo de valorizar o sítio arqueológico e seu entorno deve-se apresentar um projeto de iluminação, principalmente da face junto calçada no prolongamento da Avenida Rio dos Índios, para possibilitar a observação noturna do sambaqui e do painel interpretativo.

4.4 - Instalação de sinalização e de painel de interpretação

Deve-se instalar novas placas de sinalização (A) do sítio arqueológico, voltadas para a Rua Apucaé e para a Rua Rio Camisas.

As placas devem estar fixadas fora da área do Sítio arqueológico e dentro da área cercada voltadas para os acessos principais, permitindo a identificação do sítio, mas não impedindo a visualização paisagística do sítio arqueológico.

Na esquina da Rua Apucaé com o prolongamento da Avenida Rio dos Índios deve-se instalar um totem de sinalização (B).

Considerando o uso turístico dos sítios arqueológicos e a importância de extroverter o conhecimento sobre esse Patrimônio, deve-se instalar sinalização interpretativa - por meio de painel interpretativo (C), com o objetivo de informar que naquele local há um sítio arqueológico, orientando medidas para sua preservação e ao mesmo tempo instruindo seu leitor na compreensão do sítio arqueológico. Tal painel qualifica o local como ponto turístico e auxilia na preservação do Patrimônio Nacional, abaixo exemplo de painel.

O painel interpretativo deve ser em plano horizontal inclinado de frente para o sítio e instalado no alinhamento da cerca, na lateral calçada no prolongamento da Avenida Rio dos Índios, na parte mais próxima do sítio arqueológico - substituindo a cerca existente.

A proposta de sinalização e de painel interpretativo, bem como seu conteúdo deverão ser aprovados pelo IPHAN antes da instalação. Para isso deve-se apresentar:

- planta detalhada da área do sítio arqueológico e do empreendimento com a proposta de localização da sinalização (placas e totem) e do painel interpretativo;
- proposta com detalhamento de estrutura, suporte e layout das placas, totem e do painel interpretativo (com textos e imagens);
- deve constar nos materiais de sinalização e interpretativo **QR code (D)** que remeta para página da Prefeitura Municipal onde deve constar as informações sobre o sítio arqueológico preparadas para o painel interpretativo;
- os materiais utilizados para as placas, totem e o painel interpretativo devem apresentar durabilidade condizente com as condições ambientais do local, especialmente no que diz respeito a corrosão e proteção UV;
- textos das placas e do painel interpretativo em pelo menos dois idiomas (Inglês e Português);

- o painel interpretativo deve ser em plano horizontal inclinado de frente para o sítio apresentando imagens das pesquisas realizadas, dos materiais coletados e explicações sobre o mesmo (de forma que o visitante ao pé deste painel tenha uma visão geral do sambaqui e possa entendê-lo ao observar o painel);
- a logomarca do IPHAN e o manual estão disponíveis para download em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/222>
- a proposta de (A) novas placas de sinalização, (B) totem de sinalização, (C) painel interpretativo e (D) página/QR code deve ser realizada por profissional da área do design gráfico.



Figura 01 - Exemplos de Painéis em plano horizontal inclinado.

RELATÓRIO DO PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO RS-LN-19 CAPÃO ALTO

NO ÂMBITO DO

PROLONGAMENTO DA AVENIDA RIO DOS ÍNDIOS

A execução do Plano de Gestão deverá ser descrita em relatório denominado Relatório de Gestão do Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto na implantação do prolongamento da Avenida Rio dos Índios, a ser submetido à avaliação do IPHAN, contendo todas as atividades:

1 - Relatório de Monitoramento Arqueológico, contendo, entre outros, os resultados: da análise e interpretação dos bens arqueológicos encontrados, da avaliação do estado de conservação dos materiais e sítios arqueológicos, e: o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas (Portaria IPHAN 196/2016) emitido pela instituição responsável atestando o recebimento do acervo arqueológico proveniente da pesquisa, e a - Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel (Portaria IPHAN 196/2016);

2 - Relatório do Projeto de Educação Patrimonial;

3 - Relatório de execução das Medidas mitigadoras de impacto ao Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto: Instalação de Redutores de velocidade; Restrição de circulação de veículos pesados e Implantação de calçada;

4 - Relatório de execução das Medidas Protetivas para Preservação do Sítio Arqueológico RS-LN-19 Capão Alto: Manutenção do Cercamento do Sítio Arqueológico, Manejo da vegetação dentro da área do Sítio Arqueológico, Instalação de Iluminação e Instalação de sinalização e de painel de interpretação.

Em relação às plantas e mapas que comporão o relatório, estes deverão ser apresentados em meio digital no formato *shapefile* (shp), com datum SIRGAS2000. As plantas e mapas apresentados em meio físico deverão conter: grade de coordenadas, escalas gráfica e numérica e sistema de coordenadas UTM (Datum SIRGAS2000).

Cumpre destacar que a responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do arqueólogo coordenador durante a etapa de campo e da instituição de guarda e pesquisa, após seu recebimento.

Sem mais para o presente momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

Alberto Tavares Duarte de Oliveira
Técnico I – Arqueólogo



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Tavares Duarte de Oliveira, Arqueólogo**, em 25/02/2022, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3332419** e o código CRC **8A1C2C3F**.

Referência: Processo nº 01450.003943/2021-91

SEI nº 3332419



MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ - RS

AV. ELMAR RICARDO WAGNER, 854 - CNPJ 94.436.474/0001-24

XANGRI-LÁ - RS - CEP:9588-000

FONE: (51) 3689 0600 - WWW.XANGRILA.RS.GOV.BR



CÓDIGO DE ACESSO

F49F15D16128429EBA7282B8D2AC9CCB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://xangrila.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F49F15D16128429EBA7282B8D2AC9CCB>